



Revista Contabilidade & Finanças - USP

ISSN: 1519-7077

recont@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Telles Pires Hallak, Rodrigo; Carvalho da Silva, Andre Luiz

Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil

Revista Contabilidade & Finanças - USP, vol. 23, núm. 60, septiembre-diciembre, 2012, pp. 223-231

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257124791006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Determinantes das Despesas com Serviços de Auditoria e Consultoria Prestados pelo Auditor Independente no Brasil

Determinants of Audit and Non-Audit Fees Provided by Independent Auditors in Brazil

Rodrigo Telles Pires Hallak

Mestre em Administração do Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

E-mail: rodrigo.hallak@bndes.gov.br

Andre Luiz Carvalho da Silva

Professor Assistente do Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

E-mail: andreacarvalho@iag.puc-rio.br

Recebido em 12.12.2011 - Aceito em 3.2.2012 - 4ª. versão aceita em 16.10.2012

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é identificar fatores que influenciem na determinação de gastos com auditoria e consultoria por parte das empresas brasileiras abertas. A principal motivação do presente estudo foi a falta de pesquisas sobre gastos com auditoria e consultoria no Brasil, enquanto que esse assunto já vem sendo explorado há anos em outros países. A escassez de dados no Brasil é devido ao fato de que, só a partir de 2009, tornou-se obrigatória a divulgação das quantias despendidas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente. A divulgação desses dados possibilita a análise dos determinantes dos valores pagos pelas empresas por tais serviços. Vale ressaltar que, neste estudo, analisamos apenas os gastos com serviços de consultoria prestados pela mesma firma de auditoria, ou seja, não levamos em conta qualquer quantia despendida com outros consultores. Os resultados indicam que as despesas de auditoria estão positivamente relacionadas com o tamanho da companhia, qualidade da governança e com o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four*. Já quanto aos gastos de consultoria, existe uma relação positiva com o tamanho da empresa e com *Big Four*, mas não existe relação significativa com governança.

Palavras-chave: Despesas com auditoria. Despesas com consultoria. Governança corporativa.

ABSTRACT

The aim of the present study is to identify the factors affecting the auditing and consulting expenditures in Brazilian public companies. The current study was motivated by the lack of studies on auditing and consulting expenses in Brazil, whereas this matter has been researched for years in other countries. Data on Brazil are scarce because the disclosure of spending on auditing and consulting services provided by independent auditors only became mandatory in 2009. The disclosure of these data enables the analysis of the drivers of the fees paid by companies for these services. In this study, we only analyzed the expenditures for consultancy services provided by the same auditing firm; that is, we ignored all spending on other consultants. The results indicate that audit fees are positively related to company size, corporate governance quality, and the Big Four status of the auditor. In terms of consulting expenses, there is a positive relationship between company size and Big Four status, but there is no significant relationship with corporate governance.

Keywords: Audit fees. Consulting fees. Corporate governance.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Shleifer e Vishny (1997), governança corporativa diz respeito aos meios utilizados para que os investidores das corporações tenham segurança de que receberão o retorno de seu investimento. Pretende-se com isso mitigar os conflitos de agência, descritos por Jensen e Meckling (1976), os quais são decorrentes da separação de controle e propriedade.

Devido a casos marcantes de manipulação de resultados, como o da empresa Enron, a discussão sobre governança corporativa no mundo, inclusive no Brasil, intensificou-se bastante, levando até a aprovação de regras mais rígidas em alguns países, como nos Estados Unidos, através da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Além disso, algumas empresas passaram a buscar mais intensamente formas de melhorar sua governança por conta própria.

Essa maior preocupação também recai sobre a auditoria externa, uma vez que ela funciona como um mecanismo de governança, visto que, como dito por Nichols e Smith (1983), o auditor externo pode assegurar que as informações contábeis disponibilizadas ao público estão corretas e limitar a possibilidade de o controlador manipular resultados e expropriar os pequenos acionistas, ajudando a alinhar os interesses dos diversos envolvidos nas sociedades empresárias.

Considerando que existe assimetria de informações entre a empresa e seus *stakeholders*, o entendimento da maneira como se definem os preços dos serviços dos auditores possibilita, de acordo com Gotti, Han, Higgs, e Kang (2011), a realização de inferências sobre como as auditorias, entes com acesso a informações internas, analisam o risco e a complexidade dos auditados, sendo que estes dois fatores são os principais para a precificação dos serviços. Ademais, para as próprias empresas contratantes é relevante entender os fatores que afetam os preços pagos por elas, pois assim podem adotar medidas que diminuam essas despesas, já que em muitos casos não são quantias desprezíveis.

Cabe ressaltar, entretanto, que a auditoria externa só serve adequadamente ao propósito de mitigar os conflitos de agência se houver independência do auditor. Sendo assim, alguns artigos, como o de Simunic (1984), demonstram preocupação de que a contratação de auditoria para realizar consultoria acarreta em problemas de independência, já que aumentaria o seu vínculo econômico com a empresa contratante.

Antle, Gordon, Narayanamoorthy, & Zhou (2006) re-

forçam esta ideia e ressaltam que este risco existe mesmo que se utilize apenas o serviço de auditoria, já que, se boa parte da receita de determinado auditor for proveniente de um cliente, o primeiro pode ceder às pressões do segundo para adotar critérios contábeis incorretos. Convém salientar que todos esses estudos sobre independência necessitam da identificação das variáveis que influenciam os gastos de auditoria e consultoria, o que torna mais relevante que haja um entendimento anterior de quais são esses fatores.

Levando-se em conta que não foi observado artigo que trate da forma como são definidos os preços dos serviços de auditoria e consultoria no Brasil, o presente estudo tem como objetivo identificar fatores que influenciem na determinação de gastos com cada um desses serviços por parte das empresas abertas no mercado brasileiro. Ressalta-se que Hay, Knechel, e Wong (2006) concluem que as significâncias de determinadas variáveis mudam de acordo com características de cada país e período analisado, recomendando que os modelos sejam revistos periodicamente. Logo, se torna mais imprescindível que haja pesquisa específica com companhias brasileiras.

Para se atingir o objetivo proposto foi analisada uma amostra de 219 empresas de capital aberto no Brasil, utilizando-se dados de 2009, já que, somente a partir desse ano, estão disponíveis os gastos com auditoria e consultoria de forma discriminada. Dado que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) só exige a divulgação dos honorários dos serviços de auditoria e consultoria prestados pelos auditores independentes, analisamos apenas os gastos com serviços de consultoria prestados pela firma de auditoria, ou seja, não levamos em conta qualquer quantia despendida com outros consultores.

Os resultados encontrados sugerem que as despesas de auditoria e consultoria estão positivamente relacionadas com o tamanho da companhia, qualidade da governança corporativa e com o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four*. Como ressaltado anteriormente, não há consenso sobre um modelo “universal” nos artigos internacionais. Em geral, os resultados aqui apresentados demonstram-se coerentes com os referidos estudos.

Este estudo divide-se em 5 seções. A próxima seção apresenta o referencial teórico e as hipóteses da pesquisa. Em seguida, apresentamos os dados e a metodologia empregados. A quarta seção mostra os resultados e a última seção discute as conclusões do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os primeiros estudos sobre honorários de auditoria foram realizados nos anos 80. Francis (1984) argumenta que, em um mercado competitivo em que existe demanda por diferenciação de serviço, uma grande firma de auditoria cobrará mais caro para oferecer serviços de alta qualidade. Dessa forma, os honorários de auditoria podem ser utilizados para analisar a qualidade das auditorias e se existe demanda por diferenciação no mercado de auditoria.

É imprescindível salientar que, para a auditoria externa alcançar seu objetivo de diminuir as assimetrias de informações, é necessário que haja independência. DeAngelo (1981a) e Watts e Zimmerman (1986) ressaltam que não basta que o auditor seja capaz de detectar os erros e/ou fraudes (competência técnica), mas também ele deve ter a vontade de reportá-los de forma apropriada (independência).

Segundo Larcker e Richardson (2004), teoricamente, se

houver dependência financeira do auditor em relação a um determinado cliente, ou seja, parte relevante de suas receitas dependerem deste, a violação da independência será mais provável, visto que a empresa de auditoria ficará mais relutante em apontar erros nos demonstrativos financeiros ao saber que estará pondo em risco futuros lucros importantes.

Para Frankel, Johnson, e Nelson (2002), um dos grandes problemas para a independência é a venda de serviços de não-auditoria (ou de consultoria, como serão chamados aqui) por parte das empresas de auditoria. Os conhecimentos adquiridos sobre o cliente através deles são utilizados para os serviços de auditoria ou vice-versa, como, por exemplo, já saber como funcionam os sistemas da companhia, o que gera uma economia de custos, além de maior facilidade de oferecimento de seus produtos (Antle et al., 2006).

De acordo com Gotti et al. (2011), o entendimento de como são definidos os preços dos serviços dos auditores é útil não somente para estudar as questões de independência, mas também para ter indicativos de como as empresas de auditoria analisam o risco e a complexidade das firmas auditadas.

Braunbeck (2010) investiga os determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil e mostra que a qualidade é inferior quanto maior o conflito de agência entre acionistas controladores e minoritários.

No presente artigo, como no trabalho de Francis (1984), modelamos os honorários de auditoria e consultoria em função de diversas características da empresa que podem afetar os honorários, entre elas, tamanho da empresa, alavancagem, práticas de governança e qualidade do auditor.

Honorários = f(Tamanho, Alavancagem, Qualidade Auditor, Governança)

A relação entre tamanho da empresa e honorários de auditoria e consultoria deve ser positiva, ou seja, firmas de auditoria e consultoria devem cobrar honorários maiores de empresas grandes em virtude de o serviço ser mais complexo e exigir mais horas em sua execução quando comparado com empresas pequenas. Palmrose (1986) encontra que o tamanho da empresa é o principal fator de explicação dos preços dos serviços de auditoria, e argumenta que esse resultado é natural, dado que será necessário mais esforço da firma de auditoria para analisar a empresa. Francis (1984) também relaciona honorários de auditoria como os ativos totais das empresas auditadas.

Whisenant, Sankaraguruswamy, e Raghunandan (2003), Davis, Ricchiute, e Trompeter (1993) e Ashbaugh, Lafond, e Mayhew (2003) também encontram uma relação positiva entre tamanho da empresa e gastos com auditoria. Em relação à consultoria, pode-se esperar o mesmo tipo de relação, devido ao maior esforço requerido em muitos casos, conforme demonstrado por Antle et al. (2006) e Zaman, Hudaib, e Haniffa (2011). A primeira hipótese de nossa pesquisa é:

- H₁: Quanto maior a empresa, maiores os honorários de auditoria e consultoria.

Arruñada (1997) mostra que o auditor será mais independente quanto maior for a probabilidade de a empresa enfrentar dificuldades financeiras no futuro. Além disso, é razoável supor que o esforço de auditoria e consultoria será maior em empresas em dificuldades financeiras. Dado que

empresas mais alavancadas têm maiores chances de apresentar problemas de insolvência, a relação entre alavancagem da empresa e honorários de auditoria e consultoria deve ser positiva, ou seja, os honorários de auditoria e consultoria devem ser maiores em empresas mais alavancadas.

Lu e Sapra (2009) mostram que empresas com maior risco de negócio estão associadas a um conservadorismo do auditor e que, nessa situação, uma maior pressão do cliente melhora a qualidade da auditoria. Zaman, Hudaib, e Haniffa (2011) argumentam que a alavancagem tem relação positiva com despesas de auditoria e consultoria, já que empresas alavancadas precisam de um monitoramento mais cuidadoso para se protegerem de riscos financeiros e de mercado. Outra argumentação possível para tal fato é que companhias mais alavancadas possuem um risco maior e, por isso, os valores dos serviços de auditoria e consultoria seriam maiores.

Bedard e Johnstone (2004) e Defond, Raghunandan, e Subramanyan (2002), entre outros, encontram influência positiva entre alavancagem e gastos de auditoria, enquanto Chaney, Jeter, e Shivakumar (2004) mostram uma relação positiva entre medidas de risco financeiro de curto prazo e despesas com o referido serviço. No que diz respeito à consultoria, Ashbaugh, Lafond, e Mayhew (2003) identificam uma influência positiva entre alavancagem e gastos de consultoria. A segunda hipótese a ser testada é:

- H₂: Quanto mais endividada a empresa, maiores os honorários de auditoria e consultoria.

Um aspecto que aparece com recorrência nos estudos é se o fato de a firma de auditoria ser uma das “grandes” (atualmente é utilizado o termo *Big Four* para identificar KPMG, Deloitte, Ernst & Young e PricewaterhouseCoopers) eleva o preço cobrado pelos serviços de auditoria e consultoria. Palmrose (1986) levanta três hipóteses sobre esta questão: (i) os preços são proporcionalmente maiores por causa de condições de monopólio (ou oligopólio neste caso) de mercado exercido pelas “grandes”; (ii) existe um prêmio devido à maior qualidade dos serviços prestados em relação às concorrentes; (iii) os preços são menores por refletirem seus ganhos de escala, não desfrutados pelas “pequenas”. O artigo conclui que existe um efeito positivo de *Big Four*, ressaltando que há evidências da hipótese (ii), ou seja, de um prêmio pela maior qualidade dos serviços prestados em relação às concorrentes.

DeAngelo (1981b) possui a mesma visão e ressalta que as “grandes” têm mais a perder em termos de reputação quando incorrem em algum erro e, por isso, têm um incentivo a mais para fazer um trabalho de qualidade. Outros autores também observaram a existência de um prêmio no preço cobrado pelos maiores auditores (Whisenant, Sankaraguruswamy, & Raghunandan, 2003; Zaman, Hudaib, & Haniffa, 2011). Carson (2009) mostra que auditores globais cobram honorários mais elevados.

No que diz respeito aos serviços de consultoria, espera-se que também haja o mesmo tipo de influência, uma vez que maior qualidade deveria resultar em maior preço para ambos os tipos de serviço. Ashbaugh, Lafond, e Mayhew (2003) e Defond, Raghunandan, e Subramanyan (2002) mostram que empresas que contratam *Big Four* pagam

maiores valores de consultoria, mas Antle et al. (2006) não encontram resultados significativos. A terceira hipótese da pesquisa deriva diretamente da discussão acima.

- H₃: Quanto maior a firma de auditoria e consultoria, maiores os honorários.

Outro determinante dos gastos com auditoria é o nível de governança da empresa. A auditoria externa funciona como um mecanismo de governança, dado que ajuda a tentar resolver os problemas de agência, que fazem com que nem sempre os interesses dos acionistas e administradores estejam alinhados (Jensen & Meckling, 1976). A auditoria externa serve para abrandar os conflitos de agência, já que contribui para o aumento da credibilidade das informações financeiras, pois as analisa, teoricamente, com independência e precisão, fazendo com que reflitam mais fielmente a situação operacional e financeira da empresa em questão. Watts e Zimmerman (1983, 1986) argumentam que a auditoria externa reduzirá os custos de agência se o mercado acreditar que o auditor é competente tecnicamente e independente.

Empresas com boas práticas de governança estariam interessadas em oferecer maior transparência e precisão nas informações divulgadas aos investidores, e, portanto, contratariam serviços de auditoria de maior qualidade, elevando, assim, seus gastos. Abbott e Parker (2000) relatam que empresas com boa governança contratam auditores de maior qualidade. Zaman, Hudaib, e Haniffa (2011) mostram que comitês de auditoria mais fortes geram maiores gastos com auditoria.

O fato de uma empresa estar listada em bolsas de valores de países desenvolvidos (por exemplo, nos Estados Unidos através de *American Depositary Receipt* - ADR) é visto como indicativo de que ela possui governança corporativa superior (Doidge, Karolyi, & Stulz, 2007). André, Broye, Pong, e Schatt (2010) acham evidências de que os gastos com auditoria em países com fraco sistema legal e judicial são menores, mas que empresas sediadas nesses locais e que também sejam listadas em países com forte sistema legal e judicial têm maiores gastos de auditoria.

No Brasil, Braunbeck (2010) mostra que a qualidade das auditorias é inferior quanto maior o conflito de agência entre acionistas controladores e minoritários. Considerando-se o papel da boa governança em reduzir os problemas de agência, nossa quarta hipótese é que existe uma relação positiva entre honorários de auditoria e qualidade da governança.

- H₄: Quanto melhor a governança da empresa, maiores os honorários de auditoria.

No que diz respeito à relação da governança com despe-

sas de consultoria, existe controvérsia. Por um lado, empresas com boa governança poderiam optar por contratar poucos serviços de consultoria com as firmas de auditoria, uma vez que estes podem comprometer a independência da firma contratada. Por outro lado, firmas com boa governança podem gastar mais com consultoria quando tais serviços aumentarem a eficiência e melhorarem os controles internos da empresa.

Existem evidências empíricas nos dois sentidos. Abbott e Parker (2000) e Gaynor, Mcdaniel, & Neal (2006) mostram que empresas com comitês de auditoria fortes possuem menores gastos de consultoria, enquanto Zaman, Hudaib, e Haniffa (2011) encontram que empresas com boa governança tendem a gastar mais com consultoria. Como não há concordância em que a contratação de serviços de consultoria leve à quebra de independência, é natural que haja divergência na relação entre governança corporativa e despesas de consultoria, razão pela qual não formulamos nenhuma hipótese sobre essa relação.

Outra variável que suscita discordância entre os acadêmicos é a existência de influência do índice *price-to-book* (P/B) sobre os gastos de auditoria e consultoria. Considerando que Doidge, Karolyi, e Stulz (2007) mostram que empresas com mais oportunidades de crescimento tendem a adotar mecanismos de governança corporativa mais fortes, é possível supor que, quanto maior o P/B, mais gastos serão feitos com auditoria, não havendo necessariamente a mesma conclusão para consultoria. Defond, Raghunandan, e Subramanyan (2002) encontram relação positiva entre P/B e gastos de auditoria, mas não encontram relação com despesas de consultoria. Por outro lado, Ashbaugh, Lafond, e Mayhew (2003) mostram influência negativa entre P/B e gastos com auditoria e consultoria, enquanto Antle et al. (2006) não encontram influência significativa do P/B nos valores desses serviços.

Dickins, Higgs, e Skantz (2008) argumentam que existem diversos estudos, com diferentes modelos e variáveis, para encontrar os determinantes dos gastos das empresas com auditoria e consultoria, mas não existe convergência de resultados. Hay, Knechel, e Wong (2006) concluem que os determinantes dos gastos em auditoria e consultoria variam de acordo com as características de cada país e período analisado.

Em síntese, as hipóteses acima descritas podem ser expressas nas expectativas de sinais que se espera encontrar nos coeficientes das equações (apresentadas na próxima seção e estimadas na seção 4), como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 Sinais esperados dos coeficientes das variáveis independentes

Expectativas de sinais que se espera encontrar nos coeficientes das equações para determinar os honorários dos serviços de auditoria e consultoria.		
Variável Independente	Sinal Esperado do Coeficiente	Hipótese
Tamanho da empresa	+	H ₁
Alavancagem da empresa	+	H ₂
Tamanho do auditor	+	H ₃
Governança da empresa	+ (auditoria) indeterminado (consultoria)	H ₄
Valor da empresa (P/B)	indeterminado	

3 DADOS E METODOLOGIA

A população considerada é formada pelas empresas de capital aberto do ano de 2009, as quais resultam numa soma de 242 sociedades. A amostra, por sua vez, consiste de 219 companhias, já que 7 foram retiradas por falta de divulgação das quantias pagas à empresa de auditoria e 16 por não estar disponível alguma informação contábil ou de mercado necessária a este estudo. Os dados utilizados são referentes ao fim de 2009, uma vez que, somente a partir desse ano, foi exigido pela CVM que a empresa revelasse, através do formulário de referência, de forma discriminada, quanto gastou com serviços de auditoria e outros serviços contratados de seu auditor externo.

Os dados contábeis e de mercado vieram da Economatica e os dados sobre a estrutura de controle e práticas de governança das empresas (listagem no Novo Mercado e presença de ADRs) vieram da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) e da CVM. O primeiro teste realizado consistiu em dividir a amostra em dois grupos de acordo com os valores gastos com auditoria e consultoria (medidos em termos absolutos em R\$). Em seguida, realizou-se um teste paramétrico para verificar a existência de diferença significativa entre as empresas dos dois grupos. Como teste de robustez, também medimos os gastos de auditoria e consultoria em termos relativos (como percentual do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA) e estimamos testes não paramétricos (Mann-Whitney) para verificar a existência de diferença entre os dois grupos¹.

Para verificar a influência da governança nos gastos com auditoria e consultoria, as empresas também foram divididas de acordo com suas práticas de governança (listagem no mercado tradicional *versus* nos Níveis Diferenciados de Governança da BM&FBovespa e presença ou não de ADRs) e se realizou um teste para verificar se empresas com melhor governança gastam mais (ou menos) do que empresas com pior governança.

Em seguida, foram realizadas regressões para analisar os determinantes dos gastos com auditoria e consultoria. Os modelos foram estimados pelo Método dos Momentos Generalizado Sistemático (GMM-Sis), proposto por Blundell e Bond (1998), para mitigar os problemas associados a ques-

tão da endogeneidade de variáveis explanatórias². Estimamos modelos para o somatório dos honorários de auditoria e consultoria e também para as duas despesas isoladamente.

$$Audit = \beta_0 + \beta_1 ADR + \beta_2 NGC + \beta_3 Tam + \beta_4 Alav + \beta_5 Big4 + P/B + \varepsilon$$

$$Consul = \beta_0 + \beta_1 ADR + \beta_2 NGC + \beta_3 Tam + \beta_4 Alav + \beta_5 Big4 + P/B + \varepsilon$$

$$Honorarios = \beta_0 + \beta_1 ADR + \beta_2 NGC + \beta_3 Tam + \beta_4 Alav + \beta_5 Big4 + P/B + \varepsilon$$

Onde *Audit* é o logaritmo de gastos com auditoria externa (em R\$), *Consul* é o logaritmo de gastos com serviços de consultoria (em R\$), *Honorarios* é o logaritmo de gastos totais com serviços de auditoria e consultoria (em R\$), *ADR* é uma variável *dummy* que assume o valor de 1 se a empresa possuir ADR, *NGC* (Nível de Governança Corporativa) é uma variável *dummy* que assume o valor de 1 se a empresa estiver listada em um dos Níveis de Governança da BM&FBovespa, *Tam* é o tamanho da empresa (logaritmo do ativo total), *Alav* é a alavancagem da empresa (passivo exigível/passivo total), *P/B* é o *price-to-book* (valor de mercado das ações dividido pelo patrimônio líquido), *Big4* é uma variável *dummy* que assume o valor de 1 se a firma contratada pertence ao grupo das “Grandes” (KPMG, Deloitte, Ernst & Young e PriceWaterhouseCoopers). Baseado nas hipóteses apresentadas na seção anterior, esperamos encontrar coeficientes estatisticamente significativos com sinais positivos para β_1 , β_2 , β_3 , β_4 e β_5 . Na literatura, não existe convergência de resultados para o sinal de β_6 .

Antes de apresentar os resultados, cabe ressaltar as principais limitações da presente pesquisa. Primeiro, analisamos apenas um ano, uma vez que a discriminação dos gastos com auditoria e consultoria somente passou a ser obrigatória no formulário de referência a partir de 2009. Segundo, analisamos apenas os gastos com serviços de consultoria prestados pela mesma firma de auditoria, ou seja, não levamos em conta qualquer quantia despendida com outros consultores. Finalmente, não analisamos os impactos da contratação de serviços de consultoria na independência da firma de auditoria.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 2 mostra as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo. Os gastos com auditoria foram, em média, R\$ 1,2 milhão, possuindo uma grande variação entre as empresas (mínimo de R\$ 17,8 mil e máximo de R\$ 17,7 milhões). As despesas com consultoria foram menores (média de R\$ 233,7 mil) do que as de auditoria, e também existem grandes diferenças entre as empresas, com empre-

sas não gastando nada com consultoria externa até firmas com gastos de R\$ 8,8 milhões.

Vale notar também que a grande maioria das empresas (73%) da amostra contrataram firmas *Big Four*. Em relação às práticas de governança, 60% das empresas da amostra estão listadas nos Níveis de Governança da BM&FBovespa e 11% possuem ADR.

¹ Dado que as conclusões dos testes paramétricos e não paramétricos são iguais, e que os resultados dos gastos de auditoria e consultoria em termos relativos foram similares aos dos gastos em termos absolutos, optou-se por não reportá-los por questões de espaço, mas podem ser obtidos através dos autores.

² Barros, Castro Junior, Da Silveira, & Bergmann (2010) compararam diferentes métodos de estimação utilizados em pesquisas empíricas em finanças e mostram que o estimador GMM-Sis é o mais apropriado por conseguir lidar com diferentes formas de endogeneidade.

Tabela 2 Estatística descritiva das variáveis

Estatística descritiva de todas as variáveis usadas no estudo em 2009. As definições das variáveis podem ser vistas na seção 3.					
Variável	Média	Mediana	Desv Pad	Min	Max
Audit	1.236,34	438,15	2.435,87	17,75	17.735,00
Consul	233,66	0,00	757,36	0,00	8.800,00
NGC	0,60	1,00	0,49	0,00	1,00
ADR	0,11	0,00	0,31	0,00	1,00
Big4	0,73	1,00	0,45	0,00	1,00
Tam	6,33	6,26	0,75	4,27	8,85
Alav	58,89	57,40	37,42	2,50	475,90
P/B	3,11	1,80	7,39	-13,50	85,30

A Tabela 3 mostra os resultados dos testes paramétricos para verificar se existem diferenças significativas entre empresas com maiores e menores despesas de auditoria e consultoria. Pode-se

notar que empresas com maiores despesas de auditoria e consultoria são maiores, possuem melhores práticas de governança (NGC e ADR) e contratam mais firmas *Big Four*.

Tabela 3 Despesas de auditoria e consultoria e características das empresas

Variável	Despesas de Auditoria		Despesas de Consultoria	
	Empresas com Menos Despesas de Auditoria	Empresas com Mais Despesas de Auditoria	Empresas com Menos Despesas de Consultoria	Empresas com Mais Despesas de Consultoria
Audit	207,14	2.265,54***	745,36	1.727,33***
Consul	55,94	411,39***	0,00	467,33***
NGC	0,44	0,76***	0,47	0,73***
ADR	0,00	0,21***	0,05	0,17***
Big4	0,56	0,90***	0,65	0,81***
Tam	5,97	6,70***	6,21	6,45***
Alav	60,28	57,72	63,25	54,66
P/B	2,69	3,52	3,22	3,00

Valor médio das variáveis após ordenar as empresas a partir de despesas de auditoria e consultoria. A amostra foi dividida em 2 grupos: empresas com menores despesas e empresas com maiores despesas, e foi realizado um teste de média para verificar se existe diferença significativa entre os dois grupos. As definições das variáveis podem ser vistas na seção 3. ***, **, e * indicam diferença estatisticamente significativa a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Em seguida, para verificar a influência da governança nos gastos com auditoria e consultoria, as empresas foram divididas de acordo com suas práticas de governança (lista-

gem no mercado tradicional *versus* nos Níveis Diferenciados de Governança da BM&FBovespa³ e presença ou não de ADRs). A Tabela 4 mostra os resultados dos testes.

Tabela 4 Despesas de auditoria e consultoria e governança corporativa

Variável	Listagem nos Níveis de Governança		Listagem via ADR	
	Empresas no Mercado Tradicional	Empresas nos Níveis de Governança	Empresas sem ADRs	Empresas com ADRs
Audit	1.076,63	1.342,41	729,05	5.537,26***
Consul	108,84	316,56***	178,16	704,22***
Big4	0,59	0,82***	0,70	0,96***
Tam	6,06	6,52***	6,21	7,41***
Alav	65,52	54,76**	59,07	58,37
P/B	2,73	3,36	3,21	2,27

Valor médio das variáveis após ordenar as empresas segundo os níveis de governança da BM&FBovespa e listagem de ADRs. A amostra foi dividida em 4 grupos: empresas presentes/ausentes dos níveis de governança da BM&FBovespa e empresas com/sem ADRs. Foi realizado um teste de média para verificar se existe diferença significativa entre os dois grupos. As definições das variáveis podem ser vistas na seção 3. ***, **, e * indicam diferença estatisticamente significativa a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Primeiro, pode-se notar que empresas listadas nos Níveis de Governança da BM&FBovespa tendem a ser maiores, menos alavancadas, contratar *Big Four* e gastarem mais com consultoria. No entanto, não se encontrou relação

significativa entre listagem nos Níveis de Governança da BM&FBovespa e gastos com auditoria.

Quando separadas as empresas de acordo com a presença ou não de ADR, mais uma vez se percebe que aquelas

³ Alternativamente, realizaram-se as mesmas análises considerando-se apenas as empresas no Nível 2 e Novo Mercado, dado que oferecem mais proteção do que o Nível 1, mas os resultados são substancialmente os mesmos.

com governança superior são maiores e contratam firmas *Big Four*, chamando a atenção que 96% das empresas utilizam os serviços das “Grandes”. É conveniente ressaltar que, ao contrário do resultado encontrado para listagem nos Níveis de Governança da BM&FBovespa, encontra-se diferença significativa entre os grupos nos gastos de auditoria. Portanto, empresas com ADRs tendem a gastar mais com auditoria e consultoria. Isto talvez demonstre que as exigências da listagem nos EUA ainda são mais rígidas do que dos Níveis de Governança da BM&FBovespa, sendo que as maiores despesas com consultoria podem se justificar em parte pela necessidade de adequação para respeitar todas estas exigências, mesmo que alguns serviços estejam vedados pela SOX.

A Tabela 5 apresenta os resultados das regressões GMM realizadas com a variável dependente despesa de auditoria. Em concordância com vários estudos, como Palmrose (1986) e Whisenant, Sankaraguruswamy, e Raghunandan (2003), é possível observar nas quatro regressões uma relação positiva entre a despesa com auditoria e o tamanho da empresa, provavelmente porque quanto maior a empresa, mais complexo será o trabalho de auditá-la.

Tabela 5 Regressões com despesas de auditoria

Variável	I	II	III	IV
Constante	0,07 (0,93)	1,61 (0,15)	0,13 (0,88)	0,24 (0,75)
ADR	1,34*** (0,00)		1,40*** (0,00)	1,35*** (0,00)
NGC		0,24* (0,10)	0,33** (0,03)	0,22 (0,16)
Tam	0,96*** (0,00)	1,23*** (0,00)	0,88*** (0,00)	0,77*** (0,00)
Alav	0,01 (0,38)	0,00 (0,26)	0,00 (0,61)	0,00 (0,81)
P/B	0,02 (0,25)	0,01 (0,28)	0,01 (0,26)	0,00 (0,87)
Big4				0,74*** (0,00)
R ² ajust	0,52	0,48	0,53	0,58

Regressões GMM em que a variável dependente é a despesa de auditoria. As definições das variáveis podem ser vistas na seção 3. Os p-valores, ajustados por autocorrelação e heterocedasticidade, são reportados em parênteses. ***, **, e * indicam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Quanto à alavancagem, não se verifica relação estatisticamente significativa, contrariando a noção de que companhias alavancadas necessitam de monitoramento mais preciso e/ou são vistas como mais arriscadas e por isso seria cobrado delas um sobrepreço (Zaman, Hudaib, & Haniffa, 2011). Também não encontramos resultados significativos para o índice *price-to-book*.

Quando inserida a variável BIG4, nota-se uma relação positiva e significativa a 1%, indicando que as empresas tendem a gastar mais com auditoria quando contratam as “Grandes”, que tenderiam a cobrar mais caro, o que vai ao encontro do preconizado por DeAngelo (1981b) e Palmrose (1986).

Quanto aos indicadores de governança corporativa, verifica-se um efeito positivo consistente, já que tanto ADR

quanto NGC são estatisticamente significativos em praticamente todas as regressões, mesmo quando colocadas ambas as variáveis simultaneamente nos modelos. Os resultados para auditoria são estatisticamente significativos a 1%, e os de consultoria são significativos a 5% e 10% (exceto no último modelo). Esses resultados podem sinalizar que empresas com boas práticas de governança gastam mais com auditoria, pois tendem a contratar serviços de maior qualidade ao buscarem maior precisão nas informações divulgadas (Abbott & Parker, 2000; Zaman, Hudaib, & Haniffa, 2011).

A Tabela 6 mostra os resultados das regressões em que foi utilizada como variável dependente a despesa com consultoria. Assim como ocorreu com gastos com auditoria, aqui se observa um efeito positivo do tamanho de forma consistente, uma vez que há alta significância estatística em todas as regressões, o que está de acordo com os estudos de Antle et al. (2006) e Zaman, Hudaib, & Haniffa (2011).

Tabela 6 Regressões com despesas de consultoria

Variável	I	II	III	IV
Constante	-1,32 (0,50)	-1,52 (0,53)	-1,52 (0,44)	-2,02 (0,30)
ADR	-0,22 (0,69)		-0,18 (0,75)	-0,32 (0,57)
NGC		0,28 (0,52)	0,27 (0,54)	0,20 (0,65)
Tam	1,01*** (0,00)	0,93*** (0,00)	1,00*** (0,00)	1,00*** (0,00)
Alav	0,00 (0,67)	0,00 (0,79)	0,00 (0,19)	0,00 (0,84)
P/B	0,08 (0,23)	0,08 (0,21)	0,02 (0,22)	0,06 (0,35)
Big4				0,56* (0,10)
R ² ajust	0,17	0,17	0,17	0,18

Regressões GMM em que a variável dependente é a despesa de consultoria. As definições das variáveis podem ser vistas na seção 3. Os p-valores, ajustados por autocorrelação e heterocedasticidade, são reportados em parênteses. ***, **, e * indicam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Ao contrário das despesas com auditoria, não se encontra relação significativa entre governança corporativa e gastos com consultoria. As empresas gastam mais quando contratam uma *Big Four*. Convém também salientar que os coeficientes de BIG4 são mais estatisticamente significativos para auditoria (a 1%) do que para consultoria (a 10%). Este fato pode indicar que talvez as “Grandes” cobrem mais pelo fato de haver pressão de mercado para que sejam contratados auditores com “selo de qualidade”.

A Tabela 7 apresenta os resultados das regressões com os gastos totais de auditoria e consultoria como variável dependente. Os resultados são semelhantes aos das duas despesas isoladas. Existe uma relação positiva entre os honorários e o tamanho da empresa, indicando que firmas maiores tendem a pagar mais pelos serviços de auditoria e consultoria do que empresas menores. Quanto aos indicadores de governança corporativa, verifica-se que empresas com ADR gastam mais com auditoria e consultoria.

No que se refere à listagem nos Níveis de Governança da BM&FBovespa, existe uma relação positiva com o valor dos honorários, mas a significância estatística é menor do

que a de ADRs. Empresas que contratam as grandes firmas de auditoria e consultoria pagam maiores honorários.

Tabela 7 Regressões com despesas de auditoria e consultoria

Variável	I	II	III	IV
Constante	-0,28 (0,77)	-1,86** (0,03)	-0,03 (0,98)	0,19 (0,83)
ADR	1,27*** (0,00)		1,33*** (0,00)	1,27*** (0,00)
NGC		0,26 (0,12)	0,35** (0,04)	0,23 (0,17)
Tam	1,05*** (0,00)	1,31*** (0,00)	0,96*** (0,00)	0,84*** (0,00)
Alav	0,00 (0,32)	0,00 (0,23)	0,00 (0,52)	0,00 (0,71)
P/B	0,01 (0,32)	0,01 (0,37)	0,01 (0,34)	0,00 (0,95)
Big4				0,80*** (0,00)
R ² ajust	0,51	0,47	0,52	0,57

Regressões GMM em que a variável dependente é o somatório das despesas de auditoria e consultoria. As definições das variáveis podem ser vistas na seção 3. Os p-valores, ajustados por autocorrelação e heterocedasticidade, são reportados em parênteses. ***, **, e * indicam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo visa identificar fatores que influenciam na determinação de gastos com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. Foram analisadas 219 empresas brasileiras listadas em 2009, ano em que a CVM passou a exigir que as empresas discriminassem, no formulário de referência, seus gastos com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente.

Os resultados indicam que as empresas tendem a gastar mais com auditoria do que consultoria, sendo que mais da metade das empresas da amostra sequer contratou serviços de consultoria em 2009. Encontra-se uma forte relação positiva entre tamanho das empresas e despesas com auditoria e consultoria, sendo plausível supor que, quanto maior a companhia, mais complexo será o trabalho de realizar quaisquer dos serviços (Palmrose, 1986; Whisenant, Sankaraguruswamy, & Raghunandan, 2003; Antle et al., 2006; Zaman, Hudaib, & Haniffa, 2011).

Existe uma relação positiva entre qualidade das práticas de governança (medida pela listagem nos Níveis Diferenciados da BM&FBovespa e de ADRs nos EUA) e gastos de auditoria. Portanto, os resultados sugerem que companhias com boas práticas de governança gastam mais com auditoria visando serviços de maior qualidade, provavelmente por quererem dar precisão e confiança superiores nas informações dadas a seus *stakeholders* (Abbott & Parker, 2000; Zaman, Hudaib, & Haniffa, 2011). Contudo, deve-se

ressaltar que este resultado não impossibilita que a boa governança reduza o risco percebido pelo auditor e, por consequência, o preço exigido, pois este segundo efeito pode existir em concomitância, porém de forma mais fraca que o primeiro (Griffin, Lont, & Sun, 2008). Por sua vez, não se observa relação significativa entre governança e gastos com consultoria, ressaltando-se que as restrições impostas pela SOX não são suficientes para influenciar nas despesas das companhias possuidoras de ADR.

A contratação de uma firma *Big Four* eleva as despesas com auditoria e consultoria. Além disso, não existe relação significativa entre gastos com auditoria e consultoria, alavancagem e valor (*price-to-book*) da empresa. Os resultados sugerem que, entre as características do cliente, as firmas de auditoria e consultoria levam em conta quase que somente o tamanho do cliente e o nível de governança na precificação de seus serviços.

Como sugestões para pesquisas futuras, seria interessante realizar estudo similar a este com dados posteriores a 2009 para verificar o comportamento dos gastos com auditoria e consultoria ao longo do tempo. Além disso, podem ser analisados os determinantes e as razões pelas quais as empresas contratam serviços de consultoria da mesma firma prestadora de serviços de auditoria. Finalmente, cabe também sugerir que se realizem estudos sobre os impactos da contratação de serviços de consultoria na independência da firma de auditoria.

Referências

- Abbott, L., & Parker, S. (2000). Auditor selection and audit committee characteristics. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19 (2), 47-66.
- André, P., Broye, G., Pong, C., & Schatt, A. (2010). Audit fees, big four premium and institutional settings: the devil is in the details. *SSRN Working Paper*.

- Antle, R., Gordon, E., Narayanamoorthy, G., & Zhou, L. (2006). The joint determination of audit fees, non-audit fees, and abnormal accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 27 (3), 235-266.
- Arruñada, B. (1997). *La calidad de la auditoría: incentivos privados y regulación*. Madrid: Marcial Pons.

- Ashbaugh, H., Lafond, R., & Mayhew, B. (2003). Do nonaudit services compromise auditor independence? Further evidence. *The Accounting Review*, 78 (3), 611-639.
- Barros, L., Castro Junior, F., Da Silveira, A., & Bergmann, D. (2010). *Endogeneity in corporate finance empirical research* (in portuguese). Recuperado de <http://ssrn.com/abstract=1593187>.
- Bedard, J., & Johnstone, K. (2004). Earnings manipulation risk, corporate governance risk, and auditors' planning and pricing decisions. *The Accounting Review*, 79 (2), 277-304.
- Blundell, R., & Bond, S. (1998). Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, 87 (1), 115-143.
- Braunbeck, G. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. São Paulo, Tese de doutorado em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Carson, E. (2009). Industry specialization by global audit firm networks. *The Accounting Review*, 84 (2), 355-382.
- Chaney, P., Jeter, D., & Shivakumar, L. (2004). Self-selection of auditors and audit pricing in private firms. *The Accounting Review*, 79 (1), 51-72.
- Davis, L., Ricchiute, D., & Trompeter, G. (1993). Audit effort, audit fees, and the provision of nonaudit services to audit clients. *The Accounting Review*, 68 (1), 135-150.
- DeAngelo, L. (1981a). Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3 (2), 113-127.
- DeAngelo, L. (1981b). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3 (3), 183-199.
- Defond, M., Raghunandan, K., & Subramanyam, K. (2002). Do non-audit service fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. *Journal of Accounting Research*, 40 (4), 1247-1274.
- Dickins, D., Higgs, J., & Skantz, T. (2008). Estimating audit fees post-Sox. *Current Issues in Auditing*, 2 (1), A9-A18.
- Doidge, C., Karolyi, G., & Stulz, R. (2007). Why do countries matter so much for corporate governance. *Journal of Financial Economics*, 86 (1), 1-39.
- Francis, J. (1984). The effect of audit firm size on audit prices. *Journal of Accounting and Economics*, 6 (2), 133-151.
- Frankel, R., Johnson, M., & Nelson, K. (2002). The relation between auditors' fees for nonaudit services and earnings management. *The Accounting Review*, 77 (s-1, Supplement), 71-105.
- Gaynor, L., Mcdaniel, L., & Neal, T. (2006). The effects of joint provision and disclosure of nonaudit services on audit committee members' decisions and investors' preferences. *Accounting Review*, 81 (4), 873-896.
- Gotti, G., Han, S., Higgs, J., & Kang, T. (2011). Managerial ownership, corporate monitoring and audit fee. *Working Paper*. SSRN e Library.
- Griffin, P., Lont, D., & Sun, Y. (2008). Corporate governance and audit fees: evidence of countervailing relations. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 4 (1), 18-49.
- Hay, D., Knechel, W., & Wong, N. (2006). Audit fees: a meta-analysis of the effect of supply and demand attributes. *Contemporary Accounting Research*, 23 (1), 141-191.
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). The theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3 (4), 305-360.
- Larcker, D., & Richardson, S. (2004). Fees paid to audit firms, accrual choices, and corporate governance. *Journal of Accounting Research*, 42 (3), 625-658.
- Lu, T., & Sapra, H. (2009). Auditor conservatism and investment efficiency. *The Accounting Review*, 84 (6), 1933-1958.
- Nichols, D., & Smith, D. (1983). Auditor credibility and auditor changes. *Journal of Accounting Research*, 21 (2), 534-544.
- Palmrose, Z. (1986). Audit fees and auditor size: further evidence. *Journal of Accounting Research*, 24 (1), 97-110.
- Shleifer, A., & Vishny, R. (1986). Large shareholders and corporate control. *Journal of Political Economy*, 94 (3), 461-488.
- Shleifer, A., & Vishny, R. (1997). A survey of corporate governance. *The Journal of Finance*, 52 (2), 737-783.
- Simunic, D. (1984). Auditing, consulting, and auditor independence. *Journal of Accounting Research*, 22 (1), 679-702.
- Tsui, J., Jaggi, B., & Gul, F. (2001). CEO domination, growth opportunities, and their impact on audit fees. *Journal of Accounting Auditing and Finance*, 16 (3), 183-203.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1983). Agency problems, auditing and the theory of the firm: some evidence. *Journal of Law & Economics*, 26 (3), 613-634.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1986). *Positive accounting theory*. New Jersey: Prentice Hall.
- Whisenant, S., Sankaraguruswamy, S., & Raghunandan, K. (2003). Evidence on the joint determination of audit and non-audit fees. *Journal of Accounting Research*, 41 (4), 721-744.
- Zaman, M., Hudaib, M., & Haniiffa, R. (2011). Corporate governance quality, audit fees and non-audit services fees. *Journal of Business Finance & Accounting*, 38 (1/2), 165-197.